



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

A Informação Contábil como Ferramenta para Prestação de Contas aos Associados
de Organização do Terceiro Setor

Áreas Afins (Educação Contábil, Economia, Direito, Etc)

Natália Windra Pereira da Silva – UFPB – nataliawindra@hotmail.com

João Marcelo Alves Macêdo – UFPB – joao.marcelo@academico.ufpb.br

Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro Cabral – UFPB –

luizmarcelocb@hotmail.com

Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa – UFPB – gustavobrandao@bol.com.br

Resumo

A informação contábil é necessária na atualidade não é apenas para o cumprimento das exigências legais, mas como uma fornecedora de dados e indicadores eficientes para tomada de decisões e gestão de negócios. Essas informações permitem que os usuários possam avaliar o desempenho, identificar pontos fortes e fracos, fazer projeções financeiras e planejar estratégias para garantir a sustentabilidade com mais segurança e transparência. Este presente estudo tem como objetivo, relatar a importância da informação contábil como ferramenta para a prestação de contas aos associados de uma organização do terceiro setor, analisando a percepção do gestor dessa associação, localizada na cidade de Santa Rita/PB. Dessa forma, para sua elaboração foi usado como metodologia à pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, sendo o campo do estudo delimitado pelo gestor e associados, por meio de questionários aplicados aos associados e entrevista feita com o gestor, a fim de identificar as percepções em relação às informações contábeis como ferramenta para prestação de contas e transparência e para a construção da parte teórica a pesquisa bibliográfica. Observou-se que os resultados no geral foram positivos, pois conforme os respondentes as informações contábeis oferecidas pela associação estão atendendo as necessidades dos usuários internos, ou seja, com informações claras, precisas e de fáceis entendimentos, cumprindo o papel da informação contábil, que é fornecer dados com transparência. Os resultados obtidos reforçam a necessidade de uma gestão financeira transparente, eficiente e responsável. Conclui-se que, através da pesquisa realizada nesse contexto, confirmou-se a percepção de que a informação contábil é importante tanto na prestação de contas como ferramenta de gestão.

Palavras-chave: Contabilidade do Terceiro Setor. Sistema de Informação Contábil. Transparência.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S585i Silva, Natalia Windra Pereira da.

A informação contábil como ferramenta para prestação de contas aos associados de organização do terceiro setor / Natalia Windra Pereira da Silva. - Mamanguape, PB, 2023.

20 f.

Orientação: João Marcelo Alves Macêdo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE-DCSA.

1. Contabilidade do terceiro setor. 2. sistema de informação contábil. 3. Transparência. I. Macêdo, João Marcelo alves. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 657

1 Introdução

O terceiro setor surge como um elo de união e para preencher as lacunas deixadas pelo primeiro setor, o qual é representado pelo governo e o segundo setor o comércio. “Pode-se declarar que a nomenclatura terceiro setor se caracteriza por congregar as organizações privadas com finalidades públicas. Diferencia-se, nesse sentido, do primeiro setor composto de organizações governamentais e do segundo setor formado por organizações não governamentais com fins lucrativos” (PRANDO; FILHO, 2006, p. 16).

Visando auxiliar na resolução de problemas sociais o terceiro setor, luta pela melhoria da sociedade e estando pontualmente em comunidades ou em públicos que necessitam de políticas públicas e não tem acesso a elas. Composto por organizações sem fins lucrativos, de natureza não governamental e com finalidade pública, o terceiro setor vem desempenhando um importante papel na defesa e luta de diversas causas. Atua também no desenvolvimento econômico do país, segundo os dados divulgados neste corrente ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que as atividades do terceiro setor contribuem para 4,27% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

As organizações do terceiro setor vivem dilemas administrativos oriundos da necessidade de arrecadação de recursos para desenvolver suas atividades, algumas fontes são do setor público. Dessa forma, recursos públicos requerem cuidados adicionais e um alto nível de transparência, que pode ser subsidiado pela lei, tal como a lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações do Terceiro Setor. Dentre os critérios obrigatórios, o marco regulatório traz a transparência e a prestação de contas, passando credibilidade perante aos usuários, sejam eles, internos ou externos, respondendo aos possíveis questionamentos realizados pelos mesmos.

Ainda contam com o apoio de associados e de doadores, os quais colaboram com o desenvolvimento e continuidade das mesmas. Geralmente esses associados desejam informações sobre a organização, entre elas, a destinação dos recursos investidos, sendo preciso que as organizações prestem contas, utilizando as informações contábeis e assim oferecer dados claros e precisos aos mesmos. As pessoas caminham para um desejo cada vez mais profundo de alcançar um ambiente saudável, humanitário, de bem-estar, educação e cultura para melhorar o mundo em que vivem e, depositam nas organizações do terceiro setor suas esperanças, seu tempo e outros recursos que as ajudem a atingir suas missões (OLIVEIRA; MANOLESCU, 2010).

A utilização adequada das informações contábeis como ferramenta torna a prestação de contas uma ferramenta confiável e fidedigna, transmitindo credibilidade aos associados das organizações do terceiro setor. É possível compreender se o trabalho está sendo executado efetivamente, se está alcançando o objetivo desejado e quais resultados estão sendo alcançados, além de demonstrar a transparência das ações em relação à aplicação dos recursos. São esses fatores que contribuem significativamente para que essas organizações possam prosseguir com suas atividades, tendo com pilares a transparência dos recursos recebidos e a prestação de contas dos serviços executados, sendo quesitos obrigatórios objetivando crescimento e continuidade (MARTINS et al., 2011).

Sendo assim, as organizações devem prestar contas aos seus associados, à sociedade em geral e aos órgãos de controle que as fiscalizam, fornecendo dados claros e precisos que esclareçam as possíveis dúvidas que surgirem. Do exposto, surge a seguinte questão problema: Qual a percepção do gestor de uma organização do terceiro setor paraibana sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas oferecida aos associados?

Objetiva-se que a pesquisa possibilite uma melhor compreensão da necessidade informacional e do posicionamento dos gestores desse tipo de organização, em relação a

esse importante instrumento oferecido pela contabilidade. Avaliando como esses personagens essenciais para desenvolvimento do terceiro setor vêm e lidam com as informações contábeis. Além disso, a pesquisa trará uma abordagem por meio da percepção desse gestor que contribui na geração e homologação dos demonstrativos que serão expostos e que servirão de base para os associados, doadores e órgãos governamentais em geral.

O crescimento das instituições do terceiro setor, com atividades que buscam desenvolver o aprimoramento social nas comunidades, carece cada vez mais de instrumentos que as tornem uma atividade confiável diante a sociedade e o governo, e a contabilidade (...) que possui esse instrumento (MARTINS et al., 2011, p. 2).

Para alcançar a resposta para o problema da pesquisa, o trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção do gestor de uma organização do terceiro setor que atua na Paraíba sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas oferecida aos associados.

2 Fundamentação Teórica

2.1 O Terceiro Setor

O terceiro setor surgiu no final do século XIX com a santa casa de misericórdia e outras instituições filantrópicas criadas pelas igrejas visando oferecer assistência às comunidades necessitadas. No século XX, mais precisamente no período republicano, com a atuação de outras religiões nessa área, a relação existente entre a igreja e o estado mudou, sendo um dos fatores o fato da modernização que a sociedade sofreu devido ao aumento dos problemas sociais gerados pela industrialização e urbanização. Com isso começou o surgimento de entidades da sociedade civil que não se restringiam somente à igreja e ao estado, mas as instituições sem fins lucrativos, de natureza não governamental e com finalidade pública (MAÑAS; MEDEIROS, 2012, p. 4-5).

Lima e Campos (2003, p. 2) ressaltam que a história construída pelo terceiro setor é o que nos fazem entender o seu surgimento como um impulsionador das lutas pela melhoria da sociedade. Eles ainda colocam que esse tal setor, no Brasil, acompanha mesmo que de maneira lenta, primeiramente com a execução de serviços assistencialistas realizados pela igreja até hoje com a evolução do pensamento de uma sociedade mais cidadã, três aspectos, os quais são eles: o aspecto político, social e econômico.

De acordo com Mañas e Medeiros (2012, p. 6), apesar de o surgimento do terceiro setor no Brasil ter ocorrido há bastante tempo, como demonstram estudos, a popularização desse tema só ocorreu nos anos 1970, com as ONGs que focavam os movimentos que defendiam o meio ambiente e as minorias, dentre outras ações. Propondo aos brasileiros, na década de 1990, a partir da sociedade civil, uma visão que abrangesse política, economia, sociedade e cultura. Que com o passar do tempo, começaram a gerar ações administrativas utilizando capacidade gerencial.

Na opinião de Gimenes e Leonardo (2009, p. 2) “[...] tais entidades atuam de modo a suprir, ainda que parcialmente, as falhas do Estado e se apresentam como alternativas no processo de desenvolvimento de políticas públicas e prestação de serviços à sociedade”. Já para Rothgiesser (2004, p. 2) o terceiro setor é composto por cidadãos que oferecem espontânea e voluntariamente seu trabalho para serem realizadas ações que colaborem com a melhoria da sociedade, mostrando haver semelhanças com o Estado, pelo fato de exercerem uma função de coletividade.

É notável a importância que o terceiro setor vem desempenhando diante da sociedade, além de exercer grande participação em outros aspectos, como, por exemplo, no econômico. Já do ponto de vista de Ramos (2003, p. 4) “[...] a importância do terceiro

setor pode ser mensurada pela extensão de sua participação na economia”. Conforme o Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Art. 44, o qual foi alterado pela lei n.º 10.825 de 22 de Dezembro de 2003, as organizações que compõem o terceiro setor são pessoas jurídicas de direito privado, havendo duas maneiras para serem constituídas: Associações ou Fundações.

Fazem parte do terceiro setor, as seguintes entidades: cooperativas, organizações não governamentais (ONGs), associações civis sem fins lucrativos, fundações, institutos, Entidades de assistência social, instituições filantrópicas, entre diversas outras. Por outro lado, Voese e Reptczuk (2011, p. 4) sugerem que após a sua constituição, a entidade sem fins lucrativos deve ter atenção com as condições legais exigidas para haver a obtenção de títulos, registros e enquadramentos legais, em geral.

Na visão de Lima e Campos (2003, p. 2) “pode-se ir além e dizer que hoje se presencia uma visão tríade (Estado, Mercado e Terceiro Setor), onde os três setores juntos, com as experiências e responsabilidades inerentes de cada um, se qualificam como parceiros”.

2.2 Legislações aplicadas às organizações do terceiro setor

O Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406, estabelece as normas que regulamentam as relações jurídicas, sendo considerada uma das principais leis do país por sua amplitude e relevância para as relações sociais e econômicas e voltadas para o terceiro setor está relacionada com as normas pertinentes, tais como criação, organização e funcionamento das entidades sem fins lucrativos, estabelecendo regras claras, buscando garantir uma atuação transparente e responsável das organizações, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Além das figuras jurídicas citadas da lei n.º 10.406, A Lei 9.790, também conhecida como lei das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS), foi promulgada em 23 de março de 1999 e estabelece normas para a qualificação de entidades sem fins lucrativos como OSCIPS, que são organizações que atuam em áreas de interesse público e possuem certificação concedida pelo ministério da justiça.

Entre as principais normas estabelecidas pela Lei 9.790, destacam-se: critérios de qualificação como Oscips, como a necessidade de atuar em áreas de interesse público, não ter fins lucrativos, cumprir exigências de transparência e prestação de contas e comprovar a eficiência no cumprimento de suas atividades, possibilidade de celebrar contratos e convênios com o poder público, receber doações de pessoas físicas e jurídicas com isenção fiscal entre outros, assim como o cumprimento aos princípios fundamentais e a normas brasileiras de contabilidade.

Na mesma direção a Lei 12.101, criada em 27 de novembro de 2009, estabelece normas para a concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) para entidades que atuam na área de assistência social, saúde ou educação sem fins lucrativos, é uma certificação concedida pelo ministério da educação, ministério da saúde e ministério do desenvolvimento social e combate à fome para as entidades que prestam serviços de relevância social e que tenham cumprido determinados requisitos legais, como a apresentação de documentos e a prestação de contas.

A lei 13.019/2014, conhecida como marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC), estabelece normas para as parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Entre as principais normas estabelecidas pela lei, destacam-se: (a) formalização de parcerias por meio de instrumentos jurídicos específicos; (b) regras para a seleção de organizações parceiras e a avaliação de propostas, obrigatoriedade de transparência e prestação de contas; (c) regras para a execução dos projetos e atividades previstas na parceria; (d) procedimentos para a

fiscalização e o controle das atividades das organizações parceiras; e (e) estabelecimento de critérios para o repasse de recursos públicos às organizações e etc.

Entre as diversas normas brasileiras de contabilidade que afetam direta ou indiretamente o terceiro setor, temos a interpretação técnica geral 2002 (ITG 2002 R1) aprovada através da resolução CFC nº1.409/2012 e ITG 2002 alterada para ITG2002 (R1) – DOU de 02.09.2015, compatibilizadas com a lei nº11.638-2007, que altera artigos relativos a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis, de acordo com seu item 1, a mesma tem o objetivo de firmar orientações e práticas para a avaliação, reconhecimento das transações e variações ocorridas no patrimônio, estrutura das demonstrações contábeis, além de informações mínimas que devem ser divulgadas em notas explicativas de entidades sem fins lucrativos. Segundo Bastos, Andrade e Tenório (2022, p.1), os mesmos afirmam que com a entrada em vigor da (ITG) 2002, foram revogadas as seguintes normas:

NBC T 10.19 - Entidades sem finalidade de lucros - Altera - D.O.U de 04/06/2003
- NBC T 10.19 - Entidades sem finalidade de lucros - D.O.U de 03/01/2002 -
NBC T 10.19 - Aspectos Contábeis Entidades sem fim lucro -
D.O.U de 20/04/2000 - NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe - D.O.U de 25/08/1999 - NBC T 10.18 - Aspectos Contábeis Entidades Sindicais - D.O.U de 02/03/1999 - NBC T 10.4 - Aspectos Contábeis entidades diversas Fundações - D.O.U de 02/03/1999.

Apesar de ter havido uma série de mudanças, divulgação e fiscalização por parte dos conselhos, Bastos, Andrade e Tenório (2022) asseveram ainda que se acordo com seus achados, existem entidades que ainda se baseiam nessas normas revogadas para construir suas demonstrações. Nos itens 2 e 3, a ITG 2002 (R1) (CFC, 2015) dá o conceito de entidade sem finalidade de lucros:

A entidade sem finalidade de lucros pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical.

São atividades que podem ser exercidas pelas entidades sem fins lucrativos, segundo a ITG 2002 (R1) (2015, p.1): “assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras”. Assim elas podem congrega para suas atividades pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, todos construídos a partir de um patrimônio quem tenha uma finalidade comum ou comunitária. Nesse sentido, essas entidades reúnem uma série de ações que coordenadas buscam esse bem comum ou comunitário.

As entidades sem finalidade de lucro estão sujeitas à norma ITG 2002 (R1) — ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, combinada com NBC TG 1000 — contabilidade para pequenas e médias empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta interpretação. No entanto, a presente norma, faz uma separação apontando que não estão compreendidos no rol de aplicação os conselhos federais, regionais e seccionais de profissões liberais, criados por lei federal, que dispõe de inscrição compulsória, para fiscalização do exercício legal da profissão. Ao estabelecer essa distinção, a lei deixa claro que as entidades privadas de direito privado sem fins lucrativos estão sujeitas a ela, especialmente aquelas isentas, de impostos e contribuições, ou que prestam serviços beneficentes de assistência social e atendimento, sob a coordenação de ministérios e organizações governamentais.

Outro ponto desta norma, incorpora sua aplicação às entidades em que estão descritas no item 7 da ITG 2002 (R1):

Esta Interpretação se aplica também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores, sendo, requisito básico, aglutinarem voluntariamente pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, unidas em prol de uma profissão ou atividade comum.

Por fim, nesse tipo de entidade, os relatórios e demonstrativos contábeis exercem um papel norteador e de transparência, a partir dos quais os *stakeholders*, a sociedade em geral e os governos obtêm informações sobre a entidade (BASTOS; ANDRADE; TENÓRIO, 2022). Dessa forma, a contabilidade é entendida como uma importante aliada no processo de administração das entidades sem fins lucrativos, contribuindo com meios capazes de promover um estreitamento entre os diversos grupos de interesse e a própria entidade.

Tabela 1 - Síntese dos órgãos reguladores ESFLs

TIPO DE ENTIDADE - QUALIFICAÇÃO	ATUAÇÃO	ÓRGÃO	ESFERA	TÍTULO
Fundações/Associações/OSCIPS	Independente	Ministério Público	Estadual	Independente
Fundações/Associações portadoras de títulos	Independente	Secretaria da Justiça	Estadual	Utilidade Pública
Fundações/Associações portadoras de títulos	Educação	Ministério da Educação	Federal	CEBAS
Fundações/Associações portadoras de títulos	Assistência Social	Min. do Desenvolvimento Social	Federal	CEBAS
Fundações/Associações portadoras de títulos	Saúde	Ministério Saúde	Federal	CEBAS

Fonte: Como base no manual de procedimentos para o terceiro setor (CFC 2015).

Como podem ser verificadas no quadro, as entidades estarão sujeitas as fiscalizações desses órgãos, consoante a forma de atuação, dos títulos e das condições, devendo ficar atentas às legislações específicas.

2.3 Associações: Características e peculiaridades

As associações do terceiro setor são organizações sem fins lucrativos, formadas por pessoas físicas ou jurídicas com interesses comuns, que buscam promover o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida de determinada comunidade ou grupo de pessoas mediante causas sociais, culturais, ambientais, educacionais, políticas, religiosas, entre outras de forma voluntária.

Conforme o Código Civil brasileiro, lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, art. 53, a união de pessoas que não tenham como objetivos fins econômicos formam uma associação. E em seu parágrafo único, alega que não existem direitos e obrigações mútuas entre os associados de uma associação.

Para se constituir uma associação, deve ser realizada uma reunião entre as pessoas interessadas em participar, além disso, deve haver a elaboração de uma ata de constituição e o estatuto social. Os autores afirmam que a ata de constituição é justamente o registro de diversos pontos relacionados a reunião, como o horário, data, local, motivo, assinaturas das pessoas que comparecerem, entre outras informações.

A constituição de uma associação requer alguns procedimentos, mas também apresenta alguns aspectos que facilitam a união de pessoas para a formação da mesma, a criação de uma associação não implica a existência de um patrimônio prévio. Assim, o art. 56 do Código Civil brasileiro, prevê:

Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário. Parágrafo único. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

As associações do terceiro setor desempenham importante papel na sociedade, por atuarem em áreas que muitas vezes não são atendidas pelo estado ou pelo mercado. Além disso, as associações do terceiro setor se tornam uma forma de engajamento cívico e de participação ativa dos cidadãos, objetivando uma sociedade mais justa e solidária. Porém, é importante ressaltar que essas organizações precisam ter uma gestão transparente e eficiente, para garantir que os recursos arrecadados sejam utilizados adequadamente e em benefício da sociedade.

O Código Civil brasileiro de 2002 traz importante base legislativa, e regula as relações jurídicas entre pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Ela foi promulgada em 10 de janeiro de 2002 e entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, e desde então tem sido fundamental para orientar as atividades empresariais e sociais em todo o país. Uma das principais inovações trazidas pelo Código Civil brasileiro foi a criação da figura jurídica das organizações sem fins lucrativos, que incluem as associações, as fundações e as cooperativas. Essas entidades são importantes para o desenvolvimento do terceiro setor no país, uma vez que possibilitam a realização de atividades de interesse público sem que haja finalidade lucrativa.

2.4 Transparências por meio da prestação de contas no terceiro setor

As organizações que fazem parte do terceiro setor devem estar atentas ao elaborar e realizar a divulgação das suas contas deve procurar fazer isso de forma transparente para que assim possam adquirir credibilidade perante seus usuários, sejam eles internos ou externos, desde os órgãos públicos até os voluntários.

Segundo Lima e Campos (2003, p. 4) a relação entre a sociedade e o terceiro setor faz com que mensurar o processo operacional da organização seja um ato de grande importância, fazendo assim com que a prestação de contas oferecida à sociedade se mostre transparente.

Doadores e colaboradores, personagens que são fontes de recursos de extrema importância para o Terceiro Setor, desejam que haja transparência na prestação de contas que as organizações desse setor oferecem. Para eles, uma divulgação clara é uma forma de mostrar se o dinheiro investido ser destinado para o lugar certo. Dessa forma, é importante que esses personagens tenham acesso às informações contábeis (demonstrações contábeis, relatórios, entres outras) das organizações que apoiam.

Na opinião de Souza et al. (2012, p. 109) quando a sociedade e as entidades reconhecem que a prestação de contas e o uso da responsabilidade por parte dos gestores são importantes para a gestão das organizações, a destinação dos recursos é maximizada, e assim melhores resultados são alcançados. Por outro lado, “(...) é necessário o acompanhamento da atuação dessas entidades. Para atingir esse objetivo, é fundamental serem aperfeiçoados os conceitos, a fiscalização e o accountability desse setor” (SOUZA et al., 2012, p. 108 – 109, grifo do autor).

De acordo com Souza et al. (2012, p. 109), quando uma entidade que faz parte do terceiro setor elabora e apresenta relatórios para prestar contas aos seus usuários, fazendo com que aconteça uma aproximação das organizações com os diversos públicos aos quais se destinam as suas ações, reunindo recursos financeiros, humanos e materiais que contribuam com as causas que envolvem a sociedade, a mesma é considerada transparente. Para atribuir clareza aos relatórios usados na prestação de contas das

organizações que compõem o terceiro setor, os mesmos devem conter certas características, que segundo Olak e Nascimento (2008, p. 24) são:

[...] normalmente, compostos por elementos que identificam aspectos históricos da instituição, missão, e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas, planejamento para gestão do período seguinte e etc (OLAK; NASCIMENTO, 2008, p. 24).

Lima e Campos (2003, p. 14) afirmam que a população passa a ver as entidades do terceiro setor de uma forma melhor quando as mesmas mostram estar comprometidas na defesa de alguma causa e divulgam claramente esses compromissos, fazendo com que não existam dúvidas quanto à responsabilidade e conduta dessas tais entidades.

As pessoas envolvidas com o terceiro setor desejam respostas para diversas perguntas, quando essas necessidades são supridas as duas partes saem favorecidas, tanto as entidades que compõem este setor quanto essas tais pessoas, como Lima e Campos (2013, p. 4) explicitam:

[...] quando bem identificados e respondidos os questionamentos de: a quem, o que e como evidenciar as informações contábeis, tem-se o resultado positivo gerando a satisfação de diversos usuários envolvidos com a Entidade. De modo que as informações geradas sejam úteis, nas tomadas de decisões, no gerenciamento dos recursos, além de manter acesas as parcerias com o Governo, as Entidades Privadas com Fins Lucrativos e principalmente os cidadãos (LIMA; CAMPOS, 2013, p. 4).

De acordo com Martins *et al.* (2011, p. 2), a exigência de transparência das entidades do terceiro setor implica uma evolução da contabilidade, uma vez que as organizações brasileiras, que não visam lucro, produzem demonstrações contábeis baseadas em modelos que visam atender às necessidades de usuários que têm ligação com instituições que visam lucro.

A ausência de uma prestação de contas pode causar problemas que impedem o progresso de uma organização, uma vez que a informação tem um papel crucial para o sucesso, uma vez que a divulgação da informação e o aumento da credibilidade por parte dos usuários sejam eles internos ou externos. Assim, esse aumento depende da divulgação.

2.5 A informação contábil como instrumento para a prestação de contas no terceiro setor

A prestação de contas é um princípio fundamental para as organizações do terceiro setor, por permitir a transparência na gestão dos recursos e o fortalecimento do relacionamento com os associados. Nesse contexto, a informação contábil desempenha um papel crucial, ao fornecer dados financeiros e econômicos que respaldam a prestação de contas aos associados.

A informação contábil é o resultado da coleta de dados, seguido pelo processo de análise, organização e transformação, com o intuito de propiciar aos seus usuários uma base segura para a tomada de decisão. Para Oliveira (2001, p. 36), a informação é o produto da análise dos dados existentes na empresa, devidamente registrados, classificados, organizados e interpretados em um contexto, para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada. Complementando Moscové, Simkin e Bagranoff (2002, p. 25), ao afirmarem que “a contabilidade em si é um sistema de informação, pois é um processo comunicativo que coleta, armazena, processa e distribui informações para os que precisam delas”.

A importância da informação contábil como ferramenta na prestação de contas reside na sua capacidade de fornecer uma visão clara e objetiva dos aspectos financeiros. De acordo Oliveira (2018, p. 64), compreende o conjunto de dados financeiros e econômicos registrados e processados pelos sistemas contábeis de uma organização. Esses dados são essenciais para a geração de relatórios contábeis, tais como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa. Esses relatórios fornecem informações valiosas sobre a situação financeira e o desempenho econômico da organização, permitindo que seja avaliada a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

A informação contábil possui características qualitativas de que são essenciais para garantir a utilidade dessa informação para os usuários, consoante o CPC 00 (R1) os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis. A estrutura conceitual básica (CPC 00) descreve duas características qualitativas fundamentais para a informação contábil, “Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar” CPC 00 R1 (2011, p.19). Descrevendo a relevância e a representação fidedigna como características qualitativas fundamentais da informação contábil e atribui a elas a utilidade de tais informações.

De acordo com Santos (2019, p. 112), a transparência na divulgação das informações contábeis contribui para a confiança e o engajamento dos associados, uma vez que eles podem verificar se os recursos estão sendo utilizados adequadamente e em consonância com os propósitos da organização.

Além disso, a informação contábil é útil para a prestação de contas ao permitir uma análise crítica dos resultados alcançados pela organização. Conforme Pereira (2021, p. 43), por meio da comparação dos relatórios contábeis ao longo do tempo e da análise de indicadores financeiros, os associados podem avaliar a evolução da organização, identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, contribuindo para o aprimoramento da gestão.

Ressaltando que a informação contábil deve ser apresentada de forma clara, concisa e compreensível. Nesse sentido, Mendes (2017. P, 34) destaca a importância da linguagem acessível e da utilização de demonstrativos financeiros simplificados, sem prescindir da fidedignidade e da confiabilidade das informações apresentadas. Dessa forma, os usuários poderão compreender e interpretar adequadamente os relatórios contábeis, facilitando a sua participação efetiva na prestação de contas.

A informação contábil também auxilia na tomada de decisões, com base nos relatórios contábeis, pode identificar tendências financeiras, analisar a sustentabilidade econômica da organização e avaliar a necessidade de ajustes ou aprimoramentos na gestão financeira. Dessa forma, a informação contábil se torna uma ferramenta estratégica que oferece subsídios para a participação ativa no direcionamento e na fiscalização das atividades da organização.

Sousa (2020, p. 61) ressalta a importância de apresentar os relatórios contábeis de forma clara e objetiva, utilizando uma linguagem compreensível e evitando o uso excessivo de termos técnicos. Além disso, a disponibilização dos relatórios contábeis por meios físicos e/ou digitais possibilita o acesso às informações relevantes em tempo hábil. Voltada para o terceiro setor, a informação contábil desempenha um papel primordial como ferramenta para a prestação de contas aos associados dessas organizações.

Ademais, informação contábil não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas sim como uma ferramenta estratégica para a gestão e para o fortalecimento da transparência e prestação de contas da organização. Santos (2019, p. 71) destaca que a disponibilização de informações contábeis relevantes e compreensíveis aos associados

pode estimular seu engajamento, incentivando a participação ativa na tomada de decisões e no monitoramento das atividades da organização.

Para finalizar, a informação contábil desempenha um papel crucial como ferramenta na prestação de contas e gestão estratégica do negócio. Sua relevância e utilidade estão associadas à transparência, confiança e participação dos usuários, proporcionando uma visão clara e objetiva dos aspectos financeiros da organização. A adoção de normas contábeis adequadas, a comunicação efetiva e o fornecimento de informações atualizadas são elementos essenciais para o fortalecimento desse processo, cumprindo a missão e os propósitos da organização.

2.6 Estudos correlatos

Apresentado o conceito inicial sobre o assunto, expõem-se nesta seção a pesquisas anterior, que aborda a divulgação de dados e informações no Terceiro Setor (CARNEIRO et al., 2011).

O objetivo do estudo realizado por Carneiro et al. (2011) foi elaborar um diagnóstico sobre a prestação de contas, com responsabilidade, transparência e relevância das informações contábeis no terceiro setor. Ficou perceptível que a maioria das organizações participantes do estudo, apesar de atribuírem relevância à transparência, não divulga as informações para a sociedade. Este estudo foi realizado com 32 instituições do estado de Rondônia, mas apenas 9 utilizam todas as demonstrações contábeis previstas e exigidas pelos órgãos reguladores.

A pesquisa relacionada permite compreender que vários aspectos e características próprias podem afetar a prática de prestação de contas e transparência nas ESFL. Dessa forma, esta pesquisa se destaca por identificar os elementos e os mecanismos da informação contábil como uma ferramenta relevante para a gestão e a prestação de contas de forma eficiente, assertiva e responsável. Como também pela análise das boas práticas de gestão e características determinantes nas ESFL, assegurando uma gestão financeira que atenda além dos recursos, traçando possíveis estratégias para manter-se.

3 Procedimentos metodológicos

Este capítulo tem como finalidade descrever e apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, no que se referem aos objetivos, procedimentos e abordagem da problemática, a fim de alcançar os objetivos propostos do estudo. Para Silva (2003, p. 59), a metodologia relaciona-se com o objetivo e a finalidade do projeto, aqui, trata-se de apresentar o caminho percorrido e ofertar esse olhar sob como se deu a pesquisa.

Para a construção da parte teórica do trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, do ponto de vista de Tozoni-Reis (2009, p. 25, grifo do autor) “a pesquisa bibliográfica tem como principal característica que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria bibliografia sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar”. Buscou-se usar artigos, livros e documentos, encontrados em meios eletrônicos ou não, que abordem a temática do trabalho e que de alguma forma possam contribuir com o mesmo.

Diante do objetivo geral da pesquisa, a mesma se caracterizou como pesquisa de campo, que utilizou do método indutivo, para apreender a percepção do gestor e dos associados. De acordo com Tozoni-Reis (2009, p. 28, grifo do autor) “essa modalidade de pesquisa, como o próprio nome indica, tem a fonte de dados no próprio campo em que ocorrem os fenômenos”. Dessa forma, para se conseguir os dados necessários à realização do trabalho, a pesquisa ocorreu aonde os mesmos acontecem, dessa forma buscados justamente no ambiente em que ocorrem facilitam o olhar sobre o objeto.

A pesquisa foi desenvolvida na Associação Anjos da Alegria, CNPJ 33.972.292/0001-83 situada na cidade de Santa Rita, fundada no ano de 2016 e formalizada no ano de 2019,

que atua em diversas áreas como educação, esporte, saúde, lazer, direitos humanos entre outros beneficiando cerca de 100 famílias. Hoje é composta por 37 associados e a receita é totalmente composta por doações, onde foram entrevistados o gestor e 23 dos associados.

Como instrumento de coleta de dados na primeira etapa foi usado a entrevista realizada com o gestor, conduzida por meio de um roteiro estruturado mediante formulário. Já na segunda etapa foi aplicado um questionário com 23 do total de 37 dos associados, que de acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 93) “é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que deseja medir ou descrever”.

A tabulação dos dados utilizou o Software Microsoft Excel® para determinar, por meio da estatística descritiva, os percentuais de resposta. Esta análise se deu por meio da distribuição de frequências (absoluta e relativa), bem como, utilizaram-se tabulações cruzadas para evidenciar tais respostas.

A população de um estudo pode ser definida como o conjunto de elementos que possuem, pelo menos, uma característica comum (MARCONI; LAKATOS, 2011). Partindo dessa premissa, a população selecionada faz parte da mesma associação e reside na cidade de Santa Rita.

Tabela 2 - Desenho da pesquisa

METODOLOGIA	ETAPA 1	ETAPA 2
Abordagem	Qualitativa/descritiva/indutiva.	Quantitativa, descritiva
Unidade de análise	O gestor	23 associados
Coleta de dados	Entrevista/roteiro	Levantamento/Questionário
Instrumento de Coleta	Roteiro de entrevista/formulário 8 perguntas	Questionário 8 questões
Análise de dados	Análise de conteúdo	Estatística descritiva
Considerações finais	Resultados e conclusões	

Fonte: Elaboração própria

Conforme apresentado na figura a cima, esta pesquisa foi operacionalizada em duas etapas, sendo elas:

- a) Etapa 1 – identificação dos elementos e mecanismos utilizados na prática sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas pela organização do terceiro setor através de levantamento preliminar da literatura e validação destes e identificação de outros por meio de entrevista ao gestor.
- b) Etapa 2 – Apuração por meio de questionários aplicados aos associados, a fim de responder os objetivos.

Assim procedendo, as etapas são independentes, mas se completam para a análise dos fatos que determinam a pesquisa.

A entrevista e o questionário foram realizados com base em um roteiro, elaborado a partir do referencial teórico sobre o tema, composto por perguntas e questões. Assim sendo possível avaliar como a instituição trata as informações e sua divulgação para as partes interessadas. Na etapa de tratamento dos resultados, os dados foram analisados a partir do referencial teórico, obtendo assim, as semelhanças e diferenças entre os resultados e os fundamentos teóricos.

4 Apresentação e análise dos resultados

Com a intenção de facilitar a compreensão dos resultados, este capítulo está estruturado conforme os objetivos específicos da pesquisa e as técnicas de análise de dados utilizadas em cada etapa, assim foram organizadas a fim de apresentar os resultados referentes a cada um

dos objetivos. Na sequência, o detalhamento das seções de análise e interpretação dos dados coletados conforme procedimentos metodológicos.

4.1 Análises dos principais elementos (1º Etapa - Entrevista - Gestor).

Na primeira etapa do estudo a pesquisa foi feita através de uma entrevista com o gestor da Associação Anjos da Alegria, em caráter de conversação com perguntas abertas, abordando diversos pontos do tema, onde foi respondida de forma resumida e objetiva, sendo uma etapa complementar e de validação deste estudo. O gestor participante da pesquisa se mostrou satisfeito em poder falar sobre a sua participação, experiência e contribuição ao terceiro setor. Os dados obtidos na entrevista são importantes para compreender a percepção do gestor de uma associação do terceiro setor sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas aos associados e como ferramenta de gestão.

Para iniciar a entrevista ao gestor, a primeira pergunta foi a seguinte, “se ele consegue compreender as informações contábeis fornecidas pela Associação Anjos da Alegria?” segundo o mesmo a sua resposta foi a seguinte, “que as informações são compreendidas, ao serem passadas de uma forma totalmente simplificadas e caso surja alguma dúvida tem o suporte técnico do contador”.

Para caráter de informação, a Contabilidade da Associação Anjos da Alegria é feita por uma contabilidade terceirizada de forma voluntária, onde os dados contábeis precisam ser expostos de forma simplificada e clara, para haver uma compreensão satisfatória do assunto por parte dos usuários.

De acordo Slomki *et al.* (2012, p. 14):

“As políticas contábeis adotadas devem proporcionar informação relevante, confiável, comparável e compreensível. As entidades do terceiro setor devem realizar evidenciações de informações adicionais, quando as julgarem insuficientes para permitir que os usuários compreendam o impacto de determinadas transações e outros eventos (SLOMKI *et al.*, 2012, p. 14).

A resposta foi positiva, também estando conforme a literatura, mesmo o gestor tendo um conhecimento limitado na área de contabilidade, consegue compreender as informações contábeis, passando ideia que as informações são realmente disponibilizadas de forma simples e compreensível, e caso não haja o entendimento o contador está disponível para mais esclarecimentos.

O segundo questionamento ao gestor foi “qual a importância da transparência financeira no terceiro setor?” em resposta foi relatado, “que considera a transparência financeira uma pauta essencial, além de ser uma forma de administrar as receitas claramente, transmitindo uma imagem de credibilidade e confiança dos doadores e da comunidade em geral, facilitação na prestação de contas para além das obrigações”.

“A transparência para o Terceiro Setor é fator preponderante da sua sobrevivência, é preciso que estas entidades prestem contas dos seus atos aos investidores sociais” (ASSIS; MELLO; SLOMSKI, 2006, p. 6). E no olhar de Nunes (2006, p. 21) “transparência significa a divulgação dos atos de gestão, relatórios, resultados dos exercícios financeiros, demonstrações contábeis e financeiras, dentre outros relatórios em linguagem clara e acessível, sendo o acesso à informação o complemento desta transparência”. Mais uma vez a resposta do entrevistado e as referências teóricas estão segundo o mesmo pensamento, sendo um resultado positivo para a pesquisa, essas afirmações estão respaldadas na literatura da importância da informação feita de forma transparente.

Na terceira pergunta, quando questionado ao entrevistado, “se as informações contábeis são apresentadas de forma clara e objetiva aos usuários?” foi respondido pelo gestor o seguinte ponto de vista, “que em sua percepção, as informações contábeis são apresentadas de

forma clara e objetiva, pois mesmo não possuindo um conhecimento técnico aprofundado consegue compreender sem dificuldades e nunca recebeu reclamação da forma que as informações são apresentadas, mas caso surja algum inconveniente o gestor está disposto a solucionar”.

É importante destacar que “A clareza é um atributo fundamental da comunicação contábil. As informações financeiras devem ser apresentadas de forma clara e compreensível para os usuários, de modo que eles possam entender os resultados financeiros da empresa e tomar decisões informadas com base nessas informações”. (Hoggett, J., Edwards, L., & Medlin, J., 2014, np). É considerado um resultado positivo, por relatar a clareza e objetividade na apresentação das informações contábeis sendo essenciais para que usuários com diferentes níveis de conhecimento possam compreendê-las adequadamente, esse fato sugere que a organização tem se esforçado para tornar a contabilidade acessível e compreensível para todos os envolvidos.

Na quarta pergunta o entrevistado foi indagado, “se as informações contábeis fornecidas são suficientes para avaliar o desempenho financeiro da organização?” em sua resposta o gestor fez a seguinte indicação, “que em sua impressão, as informações contábeis fornecidas são suficientes para avaliar o desempenho financeiro da organização e atender às necessidades, tendo em vista que a receita é bem limitada, demandando um cuidado maior em seu controle financeiro, mas aberta a críticas construtivas”.

Cabe destacar que “As informações contábeis são essenciais para a avaliação do desempenho financeiro de uma organização. Elas fornecem aos usuários uma visão objetiva e sistemática dos aspectos financeiros da entidade, permitindo a análise e interpretação dos resultados alcançados” (HORNGREN; SUNDEM; STRATTON, 2018, p. 29). Já Marion (2009, p. 29) afirma que “avaliar o desempenho financeiro de uma organização é fundamental para os *stakeholders* e tomadores de decisão. As informações contábeis desempenham um papel crucial nesse processo, fornecendo dados relevantes sobre a situação financeira, o superávit ou déficit, o fluxo de caixa, entre outros aspectos financeiros”. Novamente tivemos um resultado positivo na pesquisa, ao indicar que as informações contábeis da associação são consideradas satisfatórias e capazes de fornecer uma visão abrangente do desempenho financeiro da organização, cumprindo objetivo, e estando disponível para mudanças positivas.

O entrevistado foi questionado na quinta questão, “se tinha alguma sugestão para melhorar a apresentação ou o conteúdo das informações contábeis fornecidas?” a resposta do gestor foi que, “ele reconhece suas limitações no conhecimento específico em contabilidade, não se sente capacitado para sugerir melhorias na apresentação ou no conteúdo das informações contábeis fornecidas, no entanto, ele destaca que está satisfeito com a forma atual da apresentação, vai buscar se dedicar ao estudo do assunto, também frisou que ele tem o mais importante que é a força de vontade de ajudar ao próximo”.

Segundo Nobes e Parker (2018, p. 48) “A compreensão das informações contábeis requer um nível mínimo de conhecimento contábil por parte dos usuários. É essencial fornecer apoio e recursos para os usuários poderem interpretar adequadamente as informações contábeis e tomar decisões informadas”. Essa citação ressalta que a compreensão das informações contábeis requer um nível mínimo de conhecimento contábil por parte dos usuários.

Embora a resposta do gestor não ofereça uma sugestão específica para melhorar a apresentação ou o conteúdo das informações contábeis, é importante ressaltar sua atitude positiva em relação ao aprendizado e à vontade de auxiliar. Além disso, caso necessário, pode sugerir o fornecimento de recursos e apoio adequados para os usuários compreenderem e interpretem corretamente as informações contábeis disponibilizadas.

A sexta contestação foi a respeito de “como a organização reporta as atividades financeiras com transparência às partes interessadas, os usuários internos e externos?” a

resposta do gestor indicou que “a organização reporta suas atividades financeiras com transparência às partes interessadas, por meio da prestação de contas, são incluídos elementos importantes, como demonstrações financeiras, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e fluxo de caixa e notas explicativas. Além disso, são fornecidas informações detalhadas sobre receitas e despesas, incluindo sua origem e finalidade”.

A importância da transparência na prestação de contas financeiras é respaldada por Kimmel, Weygandt e Kieso (2019, p. 27):

“A transparência na divulgação das informações financeiras é essencial para estabelecer a confiança dos usuários externos, como doadores e membros da comunidade. As demonstrações financeiras e as informações detalhadas sobre as atividades financeiras da organização são fundamentais para fornecer uma visão clara e objetiva do desempenho financeiro e da utilização dos recursos” (KIMMEL; WEYGANDT; KIESO, 2019, p. 27).

A resposta do gestor indica que a organização está seguindo essa prática de transparência e também ade acordo com a literatura, o que é relevante para a pesquisa, por demonstrar o compromisso da organização em prestar contas adequadamente às partes interessadas. Indicando um resultado é positivo.

Seguindo o roteiro, o entrevistado quando questionado na sétima pergunta, “se já foi apresentado algum inconveniente entre Associados x Prestação de Contas/transparência?” a resposta do gestor indicou que “até o momento não houve nenhum inconveniente entre os associados e a prestação de contas/transparência. No entanto, o gestor destaca que a organização está aberta a, sugestões de melhorias caso haja alguma reclamação”.

Essa citação enfatiza que a transparência na prestação de contas é fundamental para manter um relacionamento saudável com os associados. Além disso, destaca a importância da comunicação clara e transparente das informações financeiras, bem como da abertura para feedback e sugestões de melhorias. A resposta do gestor indica que a organização está seguindo essa abordagem, o que é relevante para a pesquisa, ao demonstrar o compromisso da organização em manter um relacionamento positivo com os associados por meio da prestação de contas e transparência.

Para finalizar a entrevista, a oitava pergunta ao gestor foi questionado “se está satisfeito com a qualidade das informações contábeis fornecidas pela organização”. A resposta do gestor indicou que “ele está satisfeito com a qualidade das informações contábeis fornecidas pela organização. Ele acredita que as informações fornecidas possuem os atributos de qualidade e as mesmas são as necessárias para um bom entendimento”.

De acordo com Meigs *et al.* (2017, p. 11), “A qualidade das informações contábeis é essencial para a tomada de decisões efetivas. Informações contábeis de qualidade fornecem uma base sólida para avaliar a situação financeira e o desempenho de uma organização”, essa citação destaca que a qualidade das informações contábeis é crucial para a tomada de decisões.

Em relação à pesquisa, a resposta do gestor indica que a organização está entregando informações contábeis consideradas satisfatórias. Isso pode ser um indicativo de que a qualidade das informações contábeis é percebida pelos usuários internos, esse resultado é positivo, ao demonstrar que o gestor percebe as informações contábeis como adequadas e suficientes para atender suas necessidades de compreensão. Isso sugere que a organização está fornecendo informações contábeis de qualidade que atendem às expectativas do gestor.

Os dados obtidos na entrevista foram importantes para compreender um pouco da percepção do gestor quanto à interação entre a utilização da informação contábil na prestação de contas aos associados e como ferramenta de gestão. A utilização da contabilidade como habilidade ou ferramenta é benéfica aos gestores das entidades do terceiro setor, por

possibilitar uma gestão financeira mais organizada e eficiente, além de contribuir para a tomada de decisões estratégicas com maior segurança.

4.2 Análises dos principais elementos (2º Etapa - Questionário - Associados).

Já na segunda etapa do estudo a pesquisa foi realizada por meio de um questionário aplicado com os associados que fazem parte da Associação Anjos da Alegria, onde contou com a participação de 23 dos 37 associados, o correspondente de 62%. Em caráter de questionário aplicado com perguntas de concordância ou discordância, abordando diversos pontos do tema, onde foi respondida objetivamente, sendo uma etapa complementar e de validação deste estudo. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos associados em relação às informações contábeis como ferramenta para a prestação de contas fornecidas pela organização.

A contabilidade pode ser vista como uma aliada no processo de prestação de contas ao terceiro setor por contribuir para a transparência financeira e para a gestão eficiente dos recursos recebidos de doações e contribuições para realizar suas atividades. Nesse sentido, a prestação de contas é fundamental para garantir a confiança dos associados e doadores, pois o financiamento é derivado de doações, patrocínios, convênios e recursos públicos.

Para iniciar a segunda etapa do estudo, foram questionados aos associados, se os mesmos sabem “o que é informação contábil?” Todos os participantes afirmaram que “sim, têm conhecimento sobre o tema”. Isso reflete um positivamente a conscientização adequada dos associados em relação à importância da informação contábil para a prestação de contas da organização. Essa compreensão é fundamental para garantir que os associados possam avaliar adequadamente a gestão da Associação Anjos da Alegria.

Para Marion (2003, p. 255):

“o sistema de contabilidade é o conjunto de atividades contábeis compatíveis que vai desde a compreensão da atividade empresarial (...), passando pela análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, sua contabilização, até a elaboração das demonstrações financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa” (MARION, 2003, p. 255).

Já na segunda questão os associados foram perguntados “se as frequências que as informações contábeis estão sendo passadas pela organização são satisfatórias ou não?” Na sua totalidade os associados responderam “que recebem as informações contábeis sempre e de forma satisfatória”. Esse resultado é bastante positivo, por indicar que a Associação Anjos da Alegria tem se empenhado em fornecer as informações contábeis de maneira regular e adequada, possibilitando aos associados acompanharem a situação financeira da organização de forma atualizada.

De acordo com Deaconu, Filip e Buiga (2008, p. 1), “Esse resultado é positivo, pois a frequência adequada na disponibilização das informações contábeis é essencial para que os usuários internos e externos acompanhem o desempenho financeiro da organização de maneira atualizada e tomar decisões informadas. A entrega periódica dos relatórios demonstra um compromisso da empresa em fornecer transparência e atender às expectativas dos usuários”.

A terceira pergunta da pesquisa foi “se na opinião dos associados a informação contábil é importante para a prestação de contas da associação?” Mais uma vez, todos os participantes concordaram que “a informação contábil é importante nesse processo”. Esse resultado reforça a percepção dos associados sobre a relevância da transparência financeira e da prestação de contas para uma gestão responsável e eficaz da organização. De acordo com Ricc (2016, n.p). “Assim, a prestação de contas refere-se não somente a necessidade de tornar transparente o

uso de recursos financeiros e não financeiros, mas também sobre a correção da capacidade de gestão, a adequação e conformidade entre ações e objetivos e os resultados alcançados pela organização. Para isso, é necessário fornecer uma representação clara dos requisitos políticos, sociais, culturais e ambientais da organização no qual a organização opera”.

Outra questão neste caso, a quarta, foram interrogados aos participantes “se eles acreditam que a informação contábil transparente e clara pode ajudar a fortalecer a confiança dos associados na organização? ”. Novamente em sua totalidade os participantes explanaram “que concordaram que essa transparência é fundamental”. Esse resultado evidencia que os associados reconhecem a importância de ter acesso a informações claras e confiáveis para manter a confiança na Associação Anjos da Alegria. Como destacado por Milani et al., (2019, p. 168) “a transparência nas informações contábeis é essencial para fortalecer a confiança dos stakeholders e a credibilidade das organizações do terceiro setor”.

Quando questionados na quinta pergunta, “se já teve dificuldade em compreender as informações contábeis fornecidas pela organização?”, sobre a compreensibilidade das informações contábeis fornecidas pela organização, todos os participantes “afirmaram que a organização fornece de forma compreensível as informações, não havendo dificuldade no seu entendimento”. Esse resultado demonstra que a Associação Anjos da Alegria tem adotado práticas eficazes para apresentar as informações de maneira clara, compreensível e de fácil entendimento aos associados. O exposto por Hendriksen e Van Breda (2007, p. 93) que mencionam que uma das maiores dificuldades do usuário está centrada no entendimento da informação contábil, algo que vai contra o resultado da pesquisa, comprovando que os métodos de fornecimento das informações contábeis da associação estão satisfatórios.

Na sexta questão foram indagados “como os associados avaliam a transparência da organização em relação à prestação de contas financeiras? ”, como resposta teve um consenso, “foi considerada satisfatória por todos”. Isso indica que a Associação Anjos da Alegria tem sido reconhecida e aprovada pela sua eficiência e transparência na maneira como os recursos estão sendo utilizados e na forma de fornecer informações com uma prestação de contas clara e adequada. De acordo Baptista (2006, p. 50) “a transparência na prestação de contas tem por finalidade promover a aproximação dessas entidades aos diferentes públicos aos quais se destinam suas atividades, no sentido de aliar recursos humanos, materiais e financeiros em prol de causas sociais”.

Feita a sétima pergunta, “se os participantes acreditam que a falta de informação contábil adequada pode prejudicar a reputação da organização? ”, tivemos como resultado unanime “que sim, ou seja, prejudica”, reforçando a importância de fornecer informações contábeis precisas e confiáveis para manter a credibilidade e a confiança dos associados e caso não seja realizada afeta negativamente. Como mencionado por Iudícibus et al. (2018, p.30) “a falta de transparência e de informações adequadas pode afetar negativamente a reputação das organizações e minar a confiança dos stakeholders”.

Para finalizar a oitava questão, “se os associados concordaram que e sentem-se mais motivados a participar ativamente da organização quando as informações financeiras são apresentadas de maneira clara e compreensível? ”. Todos os participantes concordaram com a mesma resposta, “Que sim, se sentem mais motivados quando as informações financeiras são relatadas de forma clara e compreensível”. Esse resultado está de acordo com Szazi (2005, p.122) “no contexto do terceiro setor, para tornarem-se mais atraentes e confiáveis ao investimento social privado, os donatários devem oferecer aos seus doadores informações relativas às boas práticas de governança, como transparência, eficiência e responsabilidade da gestão administrativa dos projetos”. Confirmando o resultado positivo da pesquisa, mostrando a sinergia entre o resultado da pergunta e a literatura.

Em síntese, os resultados da pesquisa evidenciam uma percepção positiva dos associados da Associação Anjos da Alegria em relação às informações contábeis fornecidas

pela organização. Os associados reconhecem a importância da informação contábil, valorizam a transparência financeira, confiam na prestação de contas da organização e acreditam que a falta de informações adequadas pode afetar negativamente a reputação da instituição. Esses resultados reforçam a importância de uma gestão financeira transparente e eficiente para o fortalecimento e sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

A pesquisa realizada com os associados da instituição Anjos da Alegria mostra que a maioria dos associados reconhecem a importância da informação contábil para a prestação de contas e também acreditam que as informações fornecidas pela organização são claras e fáceis de entender, onde esses resultados são positivos e indicam que a organização está no caminho certo em relação à prestação de contas aos seus associados e doadores, passando maior credibilidade e confiança aos usuários.

Portanto, informação contábil pode ser vista como uma ferramenta aliada no processo de prestação de contas ao terceiro setor, pois ela contribui para a transparência financeira e para a gestão eficiente dos recursos recebidos, dependente de doações e contribuições para realizar suas atividades e, a prestação de contas é fundamental para garantir a confiança dos associados e doadores, pois o financiamento é derivado de doações, patrocínios, convênios e recursos públicos.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar os fatores determinantes da prática em relação à percepção dos gestores de uma organização do Terceiro Setor paraibana sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas oferecida aos associados, a partir de suas características de gestão e padrões. Foram abordados os resultados obtidos, as limitações encontradas e suas sugestões para estudos futuros, sendo o objeto de estudo atual a Associação Anjos da Alegria.

A pesquisa realizada com o gestor e os associados da Associação Anjos da Alegria proporcionou uma visão abrangente sobre a percepção do gestor em relação à informação contábil como ferramenta para a prestação de contas aos associados. Os resultados obtidos destacam a importância da transparência e da clareza nas informações financeiras para fortalecer a confiança dos associados e garantir a sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

Em suma, a entrevista com o gestor da Associação Anjos da Alegria revelou uma abordagem positiva em relação à informação contábil como ferramenta para a prestação de contas aos associados. A organização se esforça para fornecer informações claras, objetivas e acessíveis, atendendo às necessidades dos associados e buscando mantê-los informados regularmente. Essa postura contribui para fortalecer a confiança dos associados na organização e para promover a transparência na gestão financeira do terceiro setor.

Nesse contexto, a informação contábil se revela como uma ferramenta fundamental para a prestação de contas aos associados de organizações do terceiro setor. Através dela, é possível promover a transparência, fortalecer a confiança, engajar os associados e assegurar a responsabilidade financeira da organização.

Ficou evidente que os associados reconhecem a relevância da informação contábil e consideram-na essencial para avaliar a gestão financeira da organização. Além disso, eles expressaram a crença de que a transparência e a clareza das informações contábeis podem fortalecer a confiança na organização e motivá-los a participar ativamente.

Os associados também demonstraram satisfação com como a Associação Anjos da Alegria fornece as informações contábeis, considerando-as claras, acessíveis e compreensíveis. Isso reflete a eficácia da organização em apresentar os relatórios financeiros, como demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e fluxo de caixa, de maneira adequada aos associados.

Por fim, a pesquisa contribui para a compreensão da importância da informação contábil como instrumento de prestação de contas aos associados de organizações do terceiro setor. Os resultados obtidos reforçam a necessidade de uma gestão financeira transparente, eficiente e responsável, que utilize a informação contábil adequadamente para demonstrar a responsabilidade financeira da organização. Dessa forma, as organizações do terceiro setor poderão fortalecer sua atuação, conquistar a confiança dos associados e da comunidade e alcançar seus objetivos de forma sustentável.

A contabilidade é uma ferramenta importante para as organizações de o terceiro setor prestar contas aos seus associados. Por meio da contabilidade, é possível registrar e controlar as atividades financeiras da organização, como receitas, despesas e investimentos.

A transparência é fundamental para a manutenção da confiança dos associados e, por isso, a contabilidade deve estar conforme as normas e regulamentações do setor. Dessa forma, os associados podem ter acesso a informações precisas e confiáveis sobre a gestão financeira da organização.

Portanto, espera-se contribuir com esse trabalho para uma abordagem sobre a informação contábil, voltada para as organizações do terceiro setor, com ênfase em relação à informação contábil como prestação transparente de contas e a utilização das informações como ferramenta de gestão, tanto na área acadêmica com para os interessados no assunto.

Este estudo se limitou apenas a análise de uma ESFLs da Paraíba e parte de seus associados, na cidade de Santa Rita-PB. Portanto, espera-se contribuir com esse trabalho para uma abordagem sobre a utilização de informações contábeis na prestação de contas oferecida aos associados, e as percepções em relação às informações contábeis como ferramenta de apoio a gestão da ESFLs.

Por fim, se sugere para pesquisas futuras que seja analisado uma amostra maior ou mais ESFLs, para que assim se consiga ter uma análise mais completa.

Referências

- BASTOS, Rodrigo Vaz Gomes; ANDRADE, Álvaro Pereira de; TENÓRIO, José Nelson Barbosa. Evidenciação das demonstrações contábeis e estado atual do nível de cumprimento da norma contábil aplicável às entidades do terceiro setor do Brasil: Importantes componentes de transparência. in: xx encontro internacional da AECA, 2022, Porto-Portugal. Anais [...].Porto: Aeca, 2022. p. 99-109. Disponível em: <https://xxencuentro.aeca.es/wp-content/uploads/2022/09/99j.pdf>. Acesso: 18 maio 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BAPTISTA, R. D. G. S. A construção simbólica do Terceiro Setor. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 41-63.
- CAMPOS, Gabriel Moreira. A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser. São Paulo, 2003. 162 p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, 2002. Disponível em: <www.cfc.org.br/uparq/ITG%202002%20audiencia.doc>. Acesso em: 01 maio 2023.
- GIMENES, Eder Rodrigo; LEONARDO, Vera Sirlene. Transparência na prestação de contas por entidades do terceiro setor: obrigação fiscal e social. In: XII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE RS. Disponível em: 6 maio

2023.<http://www.ccontabeis.com.br/CRC_12a/XII%20Congr/trab_cientificos/11_Area3_2672.pdf>. :

HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade. Eldon S. Hendriksen, Michael F. Van Breda; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente – 1 ed – 6 reimp – SP.: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S., Marion, J. C., & Possamai, O. (2018). Introdução à teoria da contabilidade. Atlas.

KIMMEL, P. D., Weygandt, J. J., & Kieso, D. E. (2019). Accounting: Tools for Business Decision Making. Wiley.

LIMA, Franciane Gonçalves; CAMPOS, Gabriel Moreira. A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do terceiro setor: o caso ACACCI. In: VIII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo, 2003, Praia Formosa Aracruz – ES. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cienti-fica/2/Campos-%20A%20contabilidade%20como.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

MANÃS, Antônio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. Perspectivas em Gestão e Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012. Disponível: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/12664/8472>>. em: 22 maio 2023.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Pablo Luiz *et al.* A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco. Disponível: <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/6014267.pdf>>. 09 junho 2014.

MEIGS, R. F., Williams, J. R., Haka, S. F., & Bettner, M. S. (2017). Contabilidade: A base para decisões gerenciais. McGraw-Hill Brasil.

MENDES, A. B. Relatórios contábeis para o terceiro setor: linguagem, fidedignidade e confiabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 46, n. 191, p. 126-133, 2017.

MILANI, C. L., Perobelli, F. F. C., & Lima, G. A. S. F. (2019). Prestação de contas e governança nas organizações do terceiro setor. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 15(3), 166-184.

NUNES, Ruam Rebert Brandão; LEITE, Tiago Rodrigues Torres; SOUZA, Erica Xavier de. Prestação de contas e transparência na gestão de recursos no terceiro setor: um estudo em associações e cooperativas agrícolas no Nordeste. In: XII Seminários e Administração. Acesso<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/1009.pdf>>, 26 maio 2023.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor). 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A. M. Contabilidade para organizações do terceiro setor. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, C. S. Transparência e prestação de contas em organizações do terceiro setor: uma revisão sistemática da literatura. Revista de Contabilidade e Organizações, 2022.

OLIVEIRA, Cíntia Pierote de; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. A importância do terceiro setor. Disponível: 02 maio 2023.

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0020_0210_01.pdf>. Acesso

- PEREIRA, F. R. A importância da informação contábil na prestação de contas às partes interessadas. *Revista de Contabilidade*, v. 22, n. 52, p. 35-42, 2021.
- PORTER, G. A., & Norton, C. L. (2019). *Financial Accounting: The Impact on Decision Makers*. Cengage Learning.
- PRADO FILHO, Kléber. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Insular; Achiamé, 2006.
- RAMOS, L. C. Em busca das origens do terceiro setor: uma avaliação crítica da literatura econômica sobre organizações não lucrativas. São Paulo, 2003. 172p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
- RIBEIRO, M. P. Prestação de contas em organizações do terceiro setor: uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 2019.
- RICCI, P. Accountability (Entry) in *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy and Governance*. Springer International Publishing Switzerland: Cham, 2016.
- ROTHGIESSER, T. L. *Sociedade Civil: a sociedade civil brasileira e o terceiro setor*. São Paulo: [s.n], 2004.
- SANTOS, J. M. et al. Relatórios de sustentabilidade: uma análise das práticas adotadas por organizações do terceiro setor. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 2021.
- SANTOS, R. M. A informação contábil como instrumento de prestação de contas nas organizações do terceiro setor. *Revista Brasileira de Gestão e Contabilidade*, v. 21, n. 3, p. 353-366, 2019. São Paulo, 2003.
- SMITH, D. H. (2019). The role of financial accountability in nonprofit organizations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 38(4), 1-19.
- SOUSA, J. R. O papel da informação contábil na prestação de contas aos associados: uma abordagem no contexto do terceiro setor. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade*, vol. 25, n. 1, pp. 567-578, 2020.
- SOUZA, Eliene Costa de et al. As características qualitativas da informação contábil a partir da percepção dos profissionais de contabilidade. In: *CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS*. 2018.
- SOUZA, Fábila Jaiany Viana de *et al.* Prestação de contas no terceiro setor: uma análise das entidades possuidoras do título de utilidade pública federal no estado do Rio Grande do Norte. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/26037/pdf_1>. Acesso em: 22 maio 2023.
- SLOMSKI, V.; REZENDE, A. J.; CRUZ, C. V. O. A.; OLAK, P. A. *Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas*. São Paulo: Atlas, 2017.
- SZAZI, Eduardo (org.). *Terceiro setor: Temas Polêmicos*. 2 vol. São Paulo: 2005.
- TOZONI-REIS, M. F. C. *Metodologia da pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE BR S.A. 2009.
- VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/16314/pdf>>. Acesso em: 22 maio 2023.
- WAHLEN, J. M., Baginski, S. P., & Bradshaw, M. T. (2018). *Financial Reporting, Financial Statement Analysis, and Valuation: A Strategic Perspective*. Cengage Learning.